

Plano de Manejo

Parque Nacional

do Cabo Orange



Brasília, 2010



ARPA

Programa Áreas Protegidas da Amazônia



gtz



kfw
ENTWICKLUNGSBANK



Banco
Mundial



GLOBAL
ENVIRONMENT
FACILITY



Governos Estaduais
da Amazônia Brasileira:
Acre, Amapá, Mato Grosso,
Rorônia, Pará e Tocantins



Ministério do
Meio Ambiente



PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Luis Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Izabella Mônica Vieira Teixeira

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Rômulo José Fernandes Mello

DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Ricardo José Soavinski

COORDENAÇÃO GERAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Giovanna Palazzi

COORDENAÇÃO DE PLANO DE MANEJO

Carlos Henrique Velasquez Fernandes

COORDENAÇÃO DO BIOMA AMAZÔNIA

Lílian Letícia Mitiko Hangae

PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

Ricardo Motta Pires

Brasília, 2010

CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Equipe de Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange

Coordenação Geral

Marcos da Silva Cunha - Analista Ambiental / PNCO / ICMBio.

Ricardo Motta Pires - Analista Ambiental / PNCO / ICMBio.

Supervisão

Denise Arantes de Carvalho – Analista Ambiental / COCAT / ICMBio.

Lilian Leticia Mitiko Hangae - Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

Acompanhamento Técnico

Deisi Cristiane Balensiefer - Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

Juliana Shiraishi - Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

Rodrigo Paranhos – Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

Avaliação Ecológica Rápida

Márcio Souza da Silva - Geólogo - Coordenador IEPA.

Avifauna

Andrei Langeloh Roos - CEMAVE/ICMBio.

Maria Flávia Conti Nunes - CEMAVE/ICMBio.

Elivan Arantes de Souza - CEMAVE/ICMBio.

Helder Farias Pereira de Araújo - CEMAVE/ICMBio.

Entomofauna

Emerson Monteiro dos Santos - Biólogo - Museu Paraense Emílio Goeldi.

Moacir Ferreira Ribeiro - Biólogo - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Qualidade da Água

Luís Roberto Takiyama - Engenheiro Químico / IEPA.

Pesca

Luis Mauricio Abdon da Silva - Biólogo / IEPA.

Sirley Luzia Figueiredo Silva - Bióloga / IEPA.

Botânica

Salustiano Vilar da Costa Neto - Biólogo / IEPA.

Geologia, Geomorfologia e Solos

Marcio Sousa da Silva - Geólogo / IEPA.

Marcos Henrique de Abreu Martins - Geólogo / IEPA.

Lucila Maria dos Santos Silva - Geóloga / IEPA.

Avaliação Socioeconômica

Adiel da Vitória Fagundes - Gerenciamento da Informação / IEPA.

Uédio Robds Leite da Silva - Geógrafo / IEPA.

Uaci Moraes Caldas - Ciências Sociais / IEPA.

Arqueologia

Edinaldo Pinheiro Nunes Filho - Professor e Arqueólogo / UNIFAP.

Educação Ambiental

Gláucia Pereira de Sousa - Veterinária - Analista Ambiental - PNCO / ICMBio.

Paulo Roberto Russo - Geógrafo - Analista Ambiental - PNMT / ICMBio.

Cartografia e SIG

Jucimar Coelho Barbosa - Geógrafo / Empresa Terraplus Gestão Empresarial Ltda.

Cassandra Pereira de Oliveira - Geógrafa - Analista Ambiental - PNMT / ICMBio.

Vitória Monteiro - CPLAM / ICMBio.

Uso Público

Denise Arantes de Carvalho - COCAT / ICMBio.

Juliana Shiraishi - COBAM / ICMBio.

Kelly Bonach - PNCO / ICMBio.

Marcos da Silva Cunha - PNCO / ICMBio.

Ricardo Motta Pires - PNCO / ICMBio.

Rodrigo Paranhos Faleiro - COBAM / ICMBio.

Thiago do Val Simardi Beraldo Souza (coordenador) - Especialista em Ecoturismo / ICMBio.

Compilação dos Encartes

Marcos Antonio Reis Araujo - Consultor / GTZ.

Revisão Ortográfica e Editoração

Alessandro O. Neiva - Consultor

SIGLAS

AAPO	Associação Ambiental Pegadas do Oiapoque
ACOI	Associação Comercial de Oiapoque
AER	Avaliação Ecológica Rápida
AGM	Associação Galibi-Marworno
AMFAO	Associação Mista dos Feirantes Autônomos de Oiapoque
AMO	Associação das Mulheres do Município de Oiapoque
AMRQC	Associação de Moradores Remanescentes do Quilombo de Cunani
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APIO	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque
ASPROVAC	Associação dos Produtores Rurais da BR-156 Vale do Rio Primeiro do Cassiporé
BPMA	Batalhão de Polícia Militar Ambiental
BR	Brasil
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CCBIO	Cadastro Nacional de Coleções Biológicas
CCNB	Corrente Costeira Norte Brasileira
CDB	Conferência sobre a Diversidade Biológica
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CGVIS	Coordenação Geral de Visitação
CIMI	Conselho indigenista Missionário
COBAM	Coordenação do Bioma Amazônia
DHN	Diretoria de Hidrografia e Navegação
DIREC	Diretoria de Ecossistemas
DIREP	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPF	Departamento de Polícia Federal
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENID	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio

FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GF	Guiana Francesa
GTZ	Cooperação Técnico Alemã
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
IIRSA	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul Americana
IMAP	Instituto de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MIN	Ministério da Integração Nacional
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEI	Núcleo de Educação Indígena
NIFAP	Universidade Federal do Amapá
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
PA	Projeto de Assentamento
PGR	Programa de Gestão para Resultados
PM	Plano de Manejo
PN	Parque Nacional
PNCO	Parque Nacional do Cabo Orange
PNMT	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PNRG	<i>Parc Naturel Régional de La Guyane</i>
POA	Plano Operacional Anual
PPA	Planos Plurianuais
PREVFOGO	Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
RESEX	Reserva Extrativista
ROI	Registros de Ocorrência de Incêndios
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPU Secretaria do Patrimônio da União

TC Termo de Cooperação

TI Terra Indígena

TNC *The Nature Conservancy*

UC Unidade de Conservação

UFAP Universidade Federal do Amapá

UFMA Universidade Federal do Maranhão

UFPA Universidade Federal do Pará

UnB Universidade de Brasília

UNIFAP Universidade Federal do Amapá

ZCIT Zona de Convergência Intertropical

SUMÁRIO

ENCARTE 2 – ANÁLISE DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE.....20

BIBLIOGRAFIA..... 156

FIGURAS

Figura 2.1: Região do Parque Nacional do Cabo Orange.....	20
Figura 2.2: Áreas indígenas no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange (em vermelho, área de sobreposição com a Área indígena Uaçá).....	24
Figura 2.3: Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Amapá em 2000.....	30

Encarte 2

Análise da Região da Unidade de Conservação

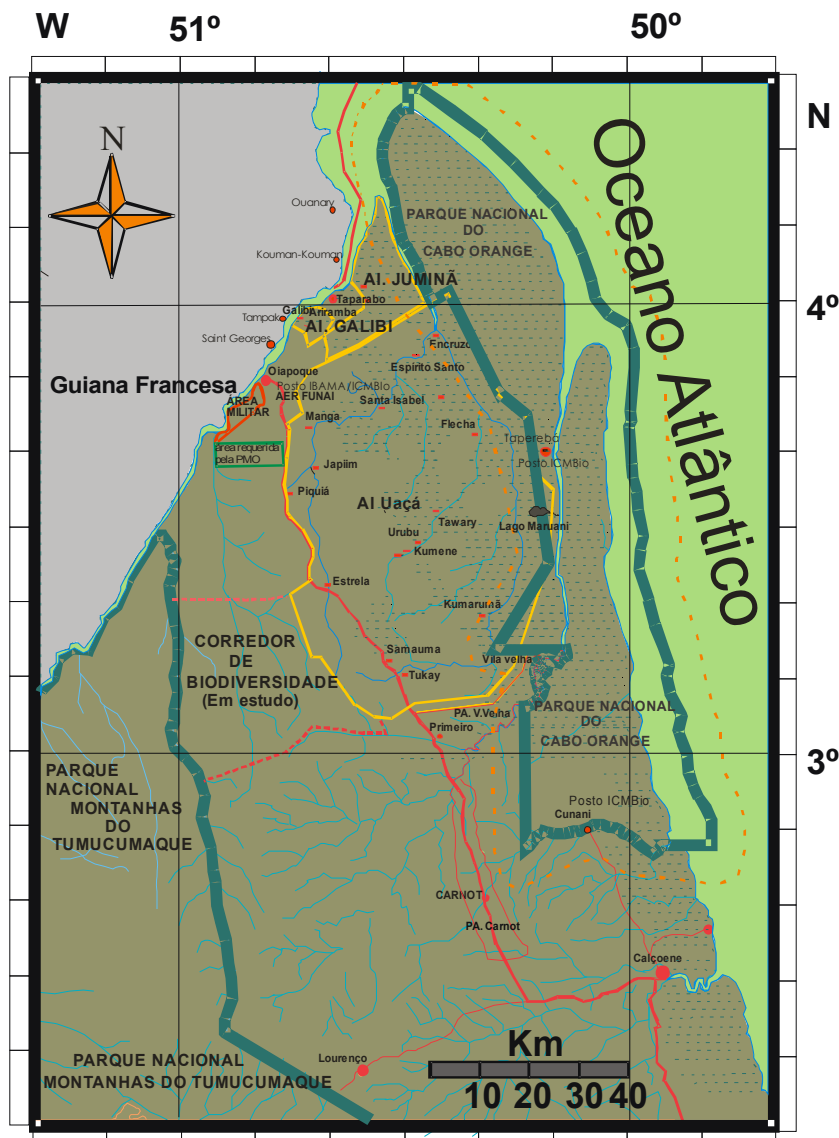
ENCARTE 2 – ANÁLISE DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

Descrição

Como relatado na introdução, o PNCO possui uma área de 619.000ha e um perímetro de 590km. Está localizada no extremo norte do Estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa e na foz do Rio Oiapoque. Abrange parte dos municípios Calçoene e Oiapoque. Possui uma faixa de cerca de 200km de extensão adentrando ao mar em 10km (5,4 milhas náuticas), situada entre os municípios citados (Figura 2.1).

A área terrestre do parque engloba 218 mil ha do Município de Oiapoque, o que representa 9,8% do território municipal e 209 mil ha do município de Calçoene, o que equivale a 14,7% de seu território.

Figura 2.1: Região do Parque Nacional do Cabo Orange.



Fonte: ICMBio, 2006.

Caracterização Ambiental

Grande parte da região do PNCO está inserida na planície flúvio-marinha Macapá-Oiapoque, na faixa de terrenos quaternários constituídos de sedimentos arenosos, siltosos, argilosos e de vasas. Essa extensa planície é formada por depósito holocênicos fluviais e marinhos com vasas fixadas por mangues.

A geologia da área é composta pelo Grupo Barreiras de origem Terciária, Depósitos de Planície Flúvio-Estuarina, Depósitos de Planície Flúvio-Marinho e Depósitos Lacustres de origem Quaternária. Os solos estão em sua maioria associados a relevo baixo, característicos de ecossistemas de várzea, campos inundados e manguezais. São solos do tipo Latosolo Amarelo, Glei Pouco Húmico e Solos Indiscriminados de Mangue (Costa-Neto, 2007).

O Amapá possui um clima predominantemente equatorial-quente e úmido, com chuva anual média de 3.000mm nas regiões norte e região costeira e 2.500mm a oeste, região central e sul incluindo a capital e temperatura anual média de 27°C a leste e 25°C a oeste.

Na região do PNCO podemos identificar fitofisionomicamente quatro grandes unidades de paisagem: os campos naturais (campos inundáveis), as florestas flúvio-marinhas (manguezais), as florestas inundáveis (várzeas) e as florestas de terra firme. Todas elas serão descritas em detalhes no Encarte 3 (Costa-Neto, op. cit.).

Aspectos Culturais e Históricos

A Formação do Espaço Amapaense

A região que hoje é o Estado do Amapá foi visitada por navegantes, corsários e piratas de várias nacionalidades. Apesar da falta de documentação, sabe-se que as passagens dos portugueses pela região de Amapá eram frequentes. Os mapas deste tempo, inclusive os holandeses, em geral já trazem marcado o nome português de “Cabo do Norte”. Os holandeses teriam começado a visitar a região Norte por volta de 1598. Por volta de 1610 tinham feitorias entre o Jari e Macapá, na região do Tucujus e em 1616 havia uma companhia holandesa para explorar estabelecimentos na Amazônia.

Em abril de 1500 uma frota comandada por Pedro Álvares Cabral chegou a Porto Seguro na terra que recebeu o nome da Cruz. Mas pouco antes, aquém da linha de Tordesilhas, o ES anhol Vicente Yáñez Pinzon que fora o comandante do terceiro navio da frota de Colombo, o Niña, vindo em quatro caravelas de Palos, Espanha, costeou o nosso litoral (José Sarney e Pedro Costa, Amapá: A Terra onde o Brasil Começa - Edições Senado).

A discussão sobre quem teria sido o descobridor histórico do Brasil, há décadas, se faz em torno dos nomes de Duarte Pacheco Pereira e Vicente Yañez Pinzón. Quanto a quem descobriu o Amapá, se foi o navegador andaluz ou o primo desse, Diego de Lepe. A assertiva que registram em livro, certos historiadores, que o Brasil foi descoberto pelo Amapá, pode não estar completamente equivocada. Pode até vir a ser confirmado, se ficar comprovado que o português Duarte Pacheco Pereira explorou o litoral brasileiro em 1498, do estuário amazônico às proximidades da hoje cidade de Curitiba, visto que começou a exploração vindo da região das Guianas numa navegação costeira, primeiro explorou o litoral amapaense, ainda domínio territorial espanhol, antes de penetrar em terras portuguesas. (Fernando Rodrigues dos Santos “Amapá no sec. XV”).

Se confirmada esta tese, o primeiro ponto do atual Brasil a ser avistado pelos Europeus foi o Cabo Orange (no Parque Nacional do Cabo Orange).

O espanhol Vicente Yañez Pinzon foi quem primeiro deu nome aos lugares. Ele visitou a área nos primórdios do século XVI. Discute-se até se ele seria o verdadeiro descobridor do Brasil.

Conheceu a ilha de Marajó que chamou de “Marinatãbalo”, assinalou um cabo que, chamou de “São Vicente”, que provavelmente é o Cabo Orange e chamou o Amazonas de Santa Maria de La Mar Dulce. A região para o Norte, onde é hoje o Amapá, chamou de “costas anegadas”, isto é, terras afogadas. Descobriu o Rio Oiapoque, que logo recebeu o nome de “Vicente Pinzon” (Sarney & Costa, 1999).

Desde 1596 os ingleses aparecem, na pessoa do explorador Keymis, que primeiro deu o nome de “Oiapoque” ao Rio de Vicente Pinzon. Nesse período, ingleses, irlandeses e holandeses fazem várias visitas registradas à foz do Amazonas e, por conseguinte, às terras amapaenses. O mais importante, o notório Sir. Walter Raleigh estava convencido que ali era o Eldorado e divulgou este mito. Até o duque de Buckingham foi dono do Amapá. Todos eles, após a derrota para os franceses, foram expulsos da região.

A colonização européia do Amapá começa realmente em 1637 com a sua concessão, como Capitania do Cabo Norte, por Filipe IV de Espanha e III de Portugal à Bento Maciel Parente, governador do Maranhão e Grão-Pará. As terras do Amapá, pela primeira vez são delimitadas do Oiapoque ao Paru, passando pelo Jari. É a época em que os fortes se sucedem primeiro com a consolidação de Gurupá, logo com o de Cumaú, que, deslocado da ilha de Santana para a margem norte, daria origem a Macapá.

No final do século, os franceses, finalmente instalados em Caiena, tentam pela primeira vez fixar seu domínio na margem esquerda do Amazonas. O Marquez de Ferroles desce pessoalmente por duas vezes ao futuro Amapá; da primeira vez até o Araguari, onde encontra um forte português que o faz retornar e uns poucos anos depois desce com mais armas e toma Cumaú, na ilha de Santana, mas permanece por menos de um mês e logo é expulso pelos soldados lusitanos.

Pouco depois é firmado em Utrecht, um tratado que fixava a fronteira entre as terras de França e Portugal na América, no rio Yapoco ou Vicente Pinzon. Duraria quase duzentos anos a discussão sobre se eram o mesmo rio e qual rio era, isto é, onde era a nossa fronteira.

A indefinição da fronteira entre Brasil e a Guiana Francesa na região compreendida entre os rios Araguari e o Oiapoque, levou à formação de uma zona de contestado, um território neutro, administrado por representantes escolhidos pelos habitantes locais, não estando sujeitos a jurisdição de nenhum dos dois países. Essa situação data do século XVII. A partir de 1698, as negociações entre os dois Países vinham ocorrendo, ora em Paris, ora em Lisboa e se arrastaram até o final do séc. XIX.

Durante a segunda metade do século XIX, essa região foi sendo ocupada por aventureiros, desertores e escravos fugidos. A intensificação da ocupação ocorreu a partir de 1893, quando da descoberta de ouro no rio Calçoene por mineradores brasileiros e estrangeiros. Com a descoberta de ouro, percebe-se um anseio maior por parte dos franceses em expandir as fronteiras da colônia em direção ao rio Amazonas. Dessa forma, aumentaram-se os conflitos envolvendo as duas partes em litígio, que culminaram em conflito armado.

De acordo com Sarney e Costa, Prosper Chaton em 1858 transforma a localidade de Cunani em uma base para garimpeiros. Aí criou um sistema de capitania, constituído por um primeiro e um segundo capitães e um brigadeiro. Esta instituição se estendeu à pequena vila de Amapá. Os capitães falavam em nome dos habitantes e tentavam resolver os seus problemas. Não havia, porém, uma formalização da estrutura de governo. Esta autoridade esperava-se que viesse do governo Frances, que, não a exercia, nem podia exercer, em razão do estado de neutralidade do território. Em 23 de outubro de 1886, o então capitão de Cunani, Trajano Benitez proclamou:

“Eu Trajano, Capitão chefe do rio Cunani, chefe da capitania da Guiana independente, em nome e delegado pelos principais negociantes e pela maioria dos habitantes declaro o que se segue: Organizar no nosso país um governo que será República e reconhecido depois pelas duas potências, França e Brasil. O governo em questão, já tendo sido declarado e proclamado em mais de 10 reuniões públicas as quais assistiu o Sr. Guigues. Segue-se o que queremos:

Nos reger pelas leis francesas, quer dizer que adotamos o código francês como legislação do nosso país,

Que a língua francesa seja a língua governamental,

Nosso presidente é o Sr Jules Gros

Nossa república tendo sido declarada , pedimos a proteção dos estados vizinhos.

Viva a França

Viva a República da Guiana Independente...”

Jules Gros era um escritor e geógrafo que vivia em Vanves, uma pequena cidade ao sul de Paris. Gros dedicou-se a encontrar apoio político, mas, sobretudo, financeiro. Nomeou um Ministério, com Jean Ferreol Guigues como presidente do Conselho e Paul Quartier como ministro de obras públicas. Instituiu títulos honoríficos e abertamente vendidos. Emitiu moeda e notas de 25, 50, 100 e 500 francos. Editou um diário oficial, *Les Nouvelles de France et des Colonies, Journal Officiel de La République “La Guyane Indépendente”*. Criou as armas e a bandeira do Cunani (José Sarney e Pedro Costa; Amapá: A Terra onde o Brasil Começa Edições Senado).

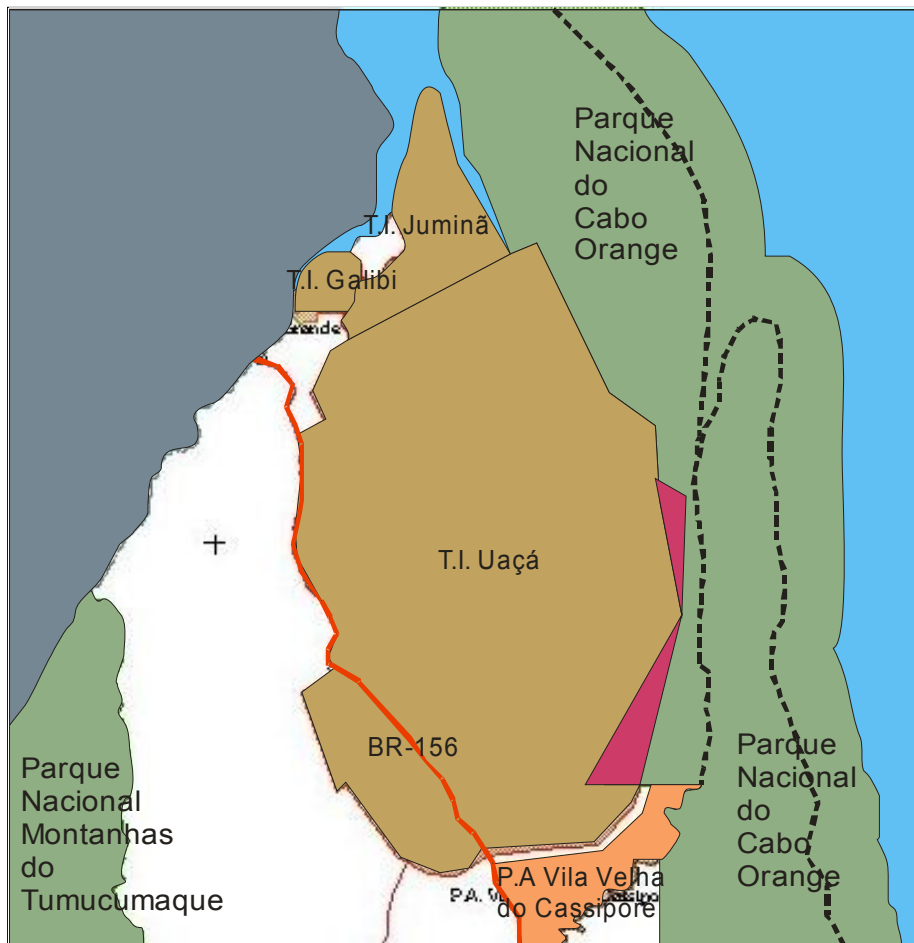
Em 1900, com o julgamento arbitrado pelo governo da Suíça, houve o ganho de causa em favor do Brasil através do “Laudo Suíço”. Em 1901, através de um decreto Legislativo, Campo Sales incorporou a região ao Pará e em 01 de outubro de 1943, o hoje estado do Amapá passa a ser Território, passando a Estado com a constituição de 1988.

Os Povos Indígenas do Entorno do Parque Nacional do Cabo Orange

A bacia do Rio Uaçá, na região norte do Estado do Amapá, é atualmente habitada por quatro grupos indígenas que se reconhecem enquanto etnias distintas e se autodenominam Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi do Oiapoque. Estes grupos encontram-se desde 1992 em território demarcado e homologado na forma de três Terras Indígenas contíguas – Uaçá (470.164ha), Juminã (41.601ha) e Galibi (6.889ha) - as quais estão no entorno do PNCO (Figura 2.2).

Existe uma área de sobreposição entre a TI Uaçá e o PNCO de cerca de 10 mil ha, sendo que uma decisão do Supremo Tribunal Federal (19/03/2009) estabelece que o usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e que este mesmo Instituto responderá pela administração da área da unidade de conservação também afetada pela terra indígena com a participação das comunidades indígenas, que deverão ser ouvidas, levando-se em conta os usos, tradições e costumes dos indígenas, podendo para tanto contar com a consultoria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Figura 2.2: Áreas indígenas no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange (em vermelho, área de sobreposição com a Área indígena Uaçá).



Na historiografia do Oiapoque, os grupos indígenas Palikur e Galibi são largamente citados por viajantes desde os séculos XVI e XVII, como etnias dominantes que ocupavam extensões bastante amplas: a “Costa Paricura”, que recebeu essa denominação de Vicente Pinzón devido a presença dos Palikur, abrangia a costa litorânea que vai do Amazonas ao Cabo Orange. A região Noroeste das Guianas, que corresponde à faixa litorânea da atual Venezuela até o Amapá, era ocupada pelos Galibi.

A região do Rio Uaçá foi palco de guerra travada no século XVII entre estas duas etnias, na qual os Galibi foram expulsos da região pelos Palikur. Na fuga refugiaram-se a noroeste, nas proximidades de Caiena. Os Palikur, por sua vez, migraram para leste, entre os Rios Cassiporé e Uaçá, onde estabeleceram alianças com os franceses. Devido a esse fato, foram perseguidos pelos portugueses nos séculos subsequentes.

Atualmente, os povos indígenas de Oiapoque vivem distribuídos em 36 aldeias de tamanhos diferentes. Na TI Juminã há uma aldeia Karipuna e uma Galibi-Marworno. Na TI Galibi, uma Galibi do Oiapoque e uma Karipuna. Na TI Uaçá, a maior de todas, 19 aldeias são Karipuna, dez Palikur e três Galibi-Marworno. Como se pode observar, a divisão em TI não obedece à divisão por etnias stricto sensu. Ao longo da BR-156, há oito aldeias de etnias diferentes. Esta distribuição espacial é o resultado de um processo histórico de fusões, cisões e estratégias de ocupação de espaço. De modo geral, pode-se afirmar que a etnia Karipuna se concentra ao

longo do Rio Curipi, os Palikur no Rio Urucauá e os Galibi-Marworno em uma única grande aldeia, no Rio Uaçá.

Todas as aldeias e mesmo as localidades menores são lideradas pelo chefe ou cacique, escolhido pela comunidade e apoiado nas suas tarefas por certo número de conselheiros. O chefe organiza os trabalhos comunitários, resolve os problemas internos, dirige as reuniões, representa a aldeia em todas as instâncias e participa das articulações políticas mais abrangentes, inter-étnicas e frente aos não índios.

A Administração FUNAI, com sede em Macapá, é responsável pelos povos indígenas das TIs Uaçá, Galibi e Juminã. Em algumas aldeias também foram instaladas bases do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), hoje Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). A Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) é atualmente responsável pelo serviço de saúde, e a secretaria de Estado de educação do Amapá através do Núcleo de Educação Indígena, pela educação em terras indígenas. A grande maioria dos professores nas escolas das aldeias, para ensino fundamental de 1ª a 4ª série e as escolas bilíngües, são índios, assim como os agentes de saúde e saneamento básico.

Organização Social

A Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) foi a primeira organização indígena a se estruturar no Estado do Amapá. Foi fundada em 1992, como entidade representante dos Povos Indígenas de Oiapoque, exercendo papel ativo na organização e representação política destes povos junto aos poderes locais e nacionais nos assuntos relacionados à educação, saúde, meio ambiente e projetos econômicos. Na diretoria da APIO estão representadas todas as etnias, Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi do Oiapoque. Anualmente a APIO realiza assembleias que reúnem representantes de todos estes povos e a cada dois anos uma parte das assembleias é aberta a autoridades governamentais e outros convidados.

A Associação Galibi-Marworno (AGM) é a mais recente e foi fundada em 2002, com o objetivo de representar os interesses do povo Galibi-Marwono. Desde 2003 ela é responsável pelos convênios relativos à Educação firmada entre o Governo do Amapá e os Povos Indígenas do Oiapoque por meio do Núcleo de Educação Indígena (NEI).

Atualmente a APIO está discutindo um projeto de reestruturação e fortalecimento institucional para poder atuar com maior eficiência e autonomia tanto no gerenciamento dos projetos ambientais e de valorização cultural sobre sua responsabilidade, como no acompanhamento de obras de infra-estrutura que afetam as suas terras. Estas novas atribuições implicam em um aumento considerável de trabalho e responsabilidade para a associação que necessita de recursos financeiros e de um programa amplo de formação de quadros tanto para a gestão de projetos, como para uma articulação, comunicação mais eficiente com as lideranças e comunidades nas Terras Indígenas. A fragilidade administrativa da APIO ocasionou em 2007 a inviabilidade financeira da associação, o que acarretou o atraso na execução de diversos projetos previstos em compensações ambientais.

A comissão indígena para o acompanhamento das negociações frente ao asfaltamento da BR-156 foi criada em janeiro de 2005 durante uma Assembleia Geral de Avaliação da aldeia Japiim. Ela é a interlocutora oficial dos indígenas, facilitando a comunicação com o governo e a empresa responsável pela obra. A comissão é representativa de todas as três regiões das TI, formada por nove indígenas e três consultores assessores por eles escolhidos e acompanhará todas as etapas da negociação (processos legais e técnicos), sendo também responsáveis por realizar as consultas às comunidades. Foi elaborado um cronograma de atividades e orçamento para o funcionamento da comissão.

Comunidades Quilombolas

No atual Estado do Amapá, a existência de quilombos é identificada na região de fronteira do Oiapoque, na região do Rio Araguari e nos arredores da Cidade de Macapá. Com ajuda de comerciantes e grupos indígenas, negros escravos, tanto do lado português como do francês, migravam à procura da liberdade. Desde 1732 existia, porém, um tratado internacional assinado pelas duas Coroas a respeito da devolução de fugitivos. Disputas territoriais tornavam, na verdade, impossível o controle efetivo desta área. Havia desconfiança mútua entre França e Portugal com relação aos domínios coloniais da região.

Na segunda metade do século XVIII, as fugas, além de constantes, passaram a ser em massa. O Amapá estava nas rotas de fugas, como passagem obrigatória, originando aí oportunidades de fixação dos negros em novos grupos e comunidades.

Outro atrativo foi a existência do garimpo do Lourenço, que trouxe para a região do Cunani a oportunidade de crescimento. A comunidade de Cunani, que ocupa área no extremo sul do PNCO existe desde 1845 e o seu nome vem do Tupi, que significa Tucunaré. Em 1885, apenas três anos antes da Abolição Oficial, ocorre o episódio da proclamação da República de Cunani, evento pouco divulgado da história brasileira do segundo reinado e já citado acima.

A Vila Cunani, que se encontra no interior do Parque, foi reconhecida como remanescente de quilombo em 02/03/2005 pela Fundação Palmares. Atualmente esta questão é objeto de discussão entre INCRA e o ICMBio o qual aguarda o Laudo Antropológico para análise e posterior encaminhamento a cerca da área reconhecida como Quilombo no interior do Parque.

As festas da comunidade são bastante frequentadas pelos habitantes da região, sendo os períodos mais importantes entre 24 a 26 de dezembro (São Benedito) e no final de agosto (São Raimundo). Os quilombolas praticam o Zimba, dança rítmica herdada dos ancestrais africanos.

No final de 2006, cerca de 65 pessoas residiam na Vila de Cunani, ocupando um total de 18 casas. Existe uma única escola de primeiro grau, dois professores com 12 alunos. O posto de saúde opera com dificuldades devido à falta de medicamentos, e a única ambulância da comunidade encontrava-se sem condições de uso. A principal atividade econômica é o plantio de mandioca para produzir farinha. Devido à valorização do vinho do Açaí, este produto tende a ser a maior fonte de renda da comunidade nos próximos anos. A caça, a pesca e o extrativismo vegetal ocorrem regularmente existindo boa variedade e quantidade de produtos e animais nas proximidades da comunidade.

Uso e Ocupação da Terra e Problemas Ambientais Decorrentes

No Município de Oiapoque, a área agrícola está dividida em cinco regiões: as áreas ao longo do Rio Oiapoque, do Cassiporé, do Pantanarry, da BR-156 e nas áreas indígenas. Esta última responde por 60% da produção agrícola do município. Em relação ao entorno do PNCO, destaca-se com maior ênfase, a agricultura de subsistência em sistema familiar para comercialização local, predominando o cultivo da mandioca seguido pela banana, laranja, cacau, melancia, feijão, arroz, abacate, cupuaçu, milho e cana de açúcar.

No Município de Calçoene predomina também a agricultura de subsistência, mas existe uma tendência de estabelecimento de empreendimentos agrícolas de grande porte como verificado em outras áreas de cerrado do Estado. O extrativismo vegetal no município envolve uma variada gama de produtos, destacando-se por seu significado econômico e social, o cacau, o açaí e a madeira. O extrativismo do açaí é praticado em ambos os municípios e principalmente nas áreas indígenas.

O setor madeireiro é voltado apenas para a extração seletiva de espécies madeireiras, com a utilização de processos rudimentares, que implicam em altas taxas de desperdícios de matéria-prima. O potencial econômico da região é representado por uma variedade de espécies possíveis de utilização comercial, tais como: angelim pedra *Hymenolobium petraeum*, andiroba *Carapa guianensis*, angelim vermelho *Dinizia excelsa*, aroeira *Astrorium obliquum*, acapú *Voucapona pollidior*, acariquara *Minguartia* sp., sucupira preta *Diploptropis purpúrea*, maçaranduba *Manilkara huberi*, cupiúba *Goupia glabra*, matamatá *Eschweilena* sp. e cumaru *Coumarauna odorata*. A madeira é utilizada na construção civil e movelaria, que possui um bom nível técnico e agrada bastante aos Guianenses, com preços bastante atraentes. Isto ocorre, em grande parte por ser a madeira utilizada nesta indústria, totalmente ilegal.

A coleta de sementes e ervas medicinais encontra-se em pequena escala e com pouca organização. As plantas medicinais, com seus frutos, folhas, raízes, cascas, etc, ainda tem um espaço restrito no comércio local.

Extrativismo do Cacau

Segundo Coudreau, 1893 e Grenand, 1895, entre os Sec. XVII e XVIII, a Companhia de Jesus instala várias missões pela região do Rio Oiapoque, sendo que só em uma, situada em seu baixo curso, são plantados e mantidos mais de mil pés de cacau. Em 1762 os Jesuítas são expulsos. Com o abandono destes plantios e devido à adaptação à região, estes cacauzeiros espalharam-se por uma extensa área, sendo hoje encontrado em quantidade nas margens do Rio Cassiporé e em menor número, nos Rios Curipi e Cunani.

No Cassiporé a maior parte do cacau está hoje, no interior do PNCO. Não existem tratos culturais na área de colheita, sendo feita apenas a extração e limpeza das áreas de acesso aos cacauzeiros. As amêndoas colhidas são transformadas de maneira tradicional, secas naturalmente, torradas no forno, piladas de forma manual para depois fabricar o bastão. Por iniciativa da SEICOM (Secretaria Estadual da Indústria e do Comércio), houve uma tentativa de melhoria desta atividade como um todo, mas devido a condicionantes políticas e de pessoal, o projeto encontra-se parado. O PNCO vem negociando com a comunidade, uma permissão temporária para exploração deste cacauzeiro, desde que seja iniciado o plantio fora da área do Parque, de forma que, quando este novo plantio começa a produzir, a coleta do cacau situado no interior do PNCO seja encerrada.

Atividade Pesqueira

A atividade pesqueira no Estado do Amapá sempre foi baseada na frota artesanal, com embarcações de pequeno porte (menos de dez toneladas), baseadas nos municípios litorâneos e estuarinos (foz do Amazonas), que abastecem os frigoríficos instalados e o mercado de peixe in natura. Nas áreas circundantes e no próprio parque ocorre uma grande pressão de pesca industrial, verificando-se a presença de embarcações oriundas do Pará (Belém, Bragança e Vigia). Além da presença de embarcações de outros Estados, verifica-se também a pesca artesanal proveniente das pequenas comunidades litorâneas de Bailique e Sucuriju.

Os Municípios com maior potencial pesqueiro são Calçoene, Oiapoque, Amapá, Tartarugalzinho, Pracuúbas, Santana e Macapá. Os que contribuem com o maior percentual de pescado são Calçoene, Santana e Macapá (IBGE, 2004).

A intensa descarga de água doce, aliada ao grande volume de sedimentos proveniente da drenagem continental, mantém baixo o nível da salinidade da água do mar, ao longo da costa do Amapá o que favorece a alta produtividade de espécies demersais de valor econômico. Assim, durante a estação chuvosa são capturados no ambiente estuarino espécies amazônicas

como dourada, filhote, piramutada e bagre estuarino, e durante a estiagem as espécies capturadas são de origem marinha como as pescadas e os bagres.

De acordo com as informações obtidas junto às colônias de pesca Z9 - Calçoene, Z2 - Amapá e Z12 - Tartarugalzinho as principais espécies capturadas em águas costeiras são gurijuba, pescada amarela, uritinga, bagre, cação, piramutaba, dourada, filhote, tubarão e espadarte. Em águas doces, ambientes fluviais e lacustre, as principais espécies capturadas são tamoatá, traíra, trairão, pacú, acará, tucunaré e o pirarucu (IBGE, 2004).

Pecuária

A pecuária bovina do Amapá concentra-se predominantemente no gado de corte. Ela se desenvolve em estabelecimentos de todos os tamanhos, mas com alguma concentração nos de médio e grande porte. Em 1996, do total de 59,7 mil bovinos registrados no Estado, cerca de 54,8 mil (91,7% do total) eram de estabelecimentos com mais de 100 ha.

A pecuária extensiva continua sendo praticada em campos naturais alagados, como a região do Cassiporé e normalmente não se utiliza práticas de manejo adequadas, sanidade e de melhoramento, o que reflete numa baixa produtividade do setor. Nas Terras Indígenas a pecuária se desenvolve de forma pouca expressiva, porém foi identificado o desejo de implementar esta atividade nos próximos anos.

Devido aos aspectos climáticos, o rebanho que melhor se adaptou a região foi o bubalino, que é criado em pequenas e médias propriedades em sistema extensivo aberto, localizados as margens do Rio Cassiporé e ao longo da BR-156.

No PNCO, não foram feitos, ainda, trabalhos focando especificamente a problemática da degradação ambiental causada pela atividade da bubalinocultura. Assim lançou-se mão de um relatório de pesquisa realizada na Reserva Biológica do Lago Piratuba, no Estado do Amapá em dezembro de 2007, que possui ambiente similar ao do Parque Nacional do Cabo Orange. Neste relatório existem algumas considerações acerca de danos ambientais causados por tal atividade.

Segundo relatório, em anexo, os impactos causados pela presença de búfalos em uma região incluem erosão, alteração das características de corpos d'água, supressão de vegetação nativa e abertura de canais, a partir de trilhas repetidamente usadas (Tomas, *et alii* 2005). Estes canais alteram o comportamento hidrológico das áreas inundáveis, aumentando a drenagem e causando, possivelmente, impactos em cadeia, que terminam por afetar toda a biota.

Na Reserva Biológica do Lago Piratuba foram observados os seguintes impactos na vegetação, a quantidade e a altura de gramíneas difere substancialmente das áreas sem búfalos, apresentando-se rala, baixa e com exposição de solo em trilhas e em locais utilizados pelos búfalos para se enlamear. No Balanço hídrico, a abertura de canais nas trilhas utilizadas repetidamente pelos búfalos pode estar alterando substancialmente a hidrologia e demais processos ecológicos dos ecossistemas, com impactos em cadeia ainda desconhecidos, além do que os habitats aquáticos tornam-se alterados, seja pela supressão da vegetação de suas margens, seja devido ao intenso pisoteio.

Garimpo

Em vários rios do Amapá existe a atividade ilegal do garimpo. Destes, os que têm influência direta sobre o PNCO, são:

❖ **Rio Oiapoque:**

Em meados dos anos 80 e início dos anos 90, houve uma atividade intensa em sua calha, chegando a ter em torno de 200 balsas sobre seu espelho d'água, que chegavam a extrair material inclusive em frente da cidade. Hoje a atividade passou para os afluentes tanto de sua margem esquerda (GF), como de sua margem direita (BR).

❖ **Rio Cassiporé:**

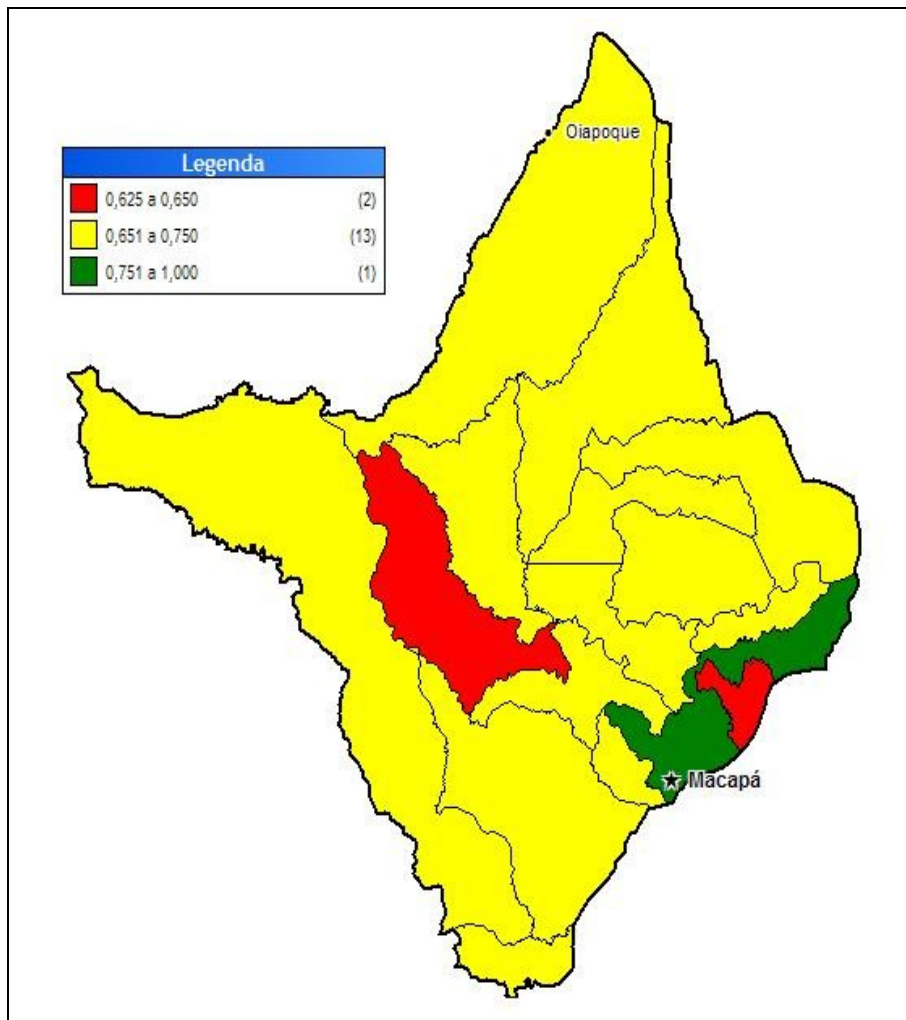
Volta e meia são feitas tentativas de implantar a atividade em seu baixo curso, porem operações de fiscalização da equipe do Parque Nacional (PN) tem conseguido bloquear estas tentativas. Problema maior está nas cabeceiras deste rio, onde existe o garimpo do Lourenço, em atividade há aproximadamente 115 anos ininterruptamente, provocando grandes danos à cobertura vegetal e aos rios e igarapés da região.

Nos anexos deste Plano de Manejo está disponibilizado o resumo de monografia de conclusão de curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental, promovido pela UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA / CEFORH / IEPA) – Nov 1999, com algumas informações acerca da degradação ambiental existente na região devido à manutenção desta atividade por mais de um século.

Caracterização da População

Em 2007, a população estimada do Estado do Amapá foi de 587.311 habitantes. No censo demográfico de 2000, cerca de 90% da população residia nas áreas urbanas e somente 11% nas áreas rurais. Em 2000, a média para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil era 0,766. Dentre os Municípios do Estado do Amapá, o Município com o melhor valor era Macapá, com um IDHM de 0,772, e o Município com o pior valor era Pedra Branca do Amapari, com um valor de 0,625. Dos 16 municípios do Estado, 2 (12,5%) tinham um valor entre 0,500 e 0,650; 14 (87,5%) tinham um valor entre 0,650 e 0,800. De modo geral, o IDH dos municípios amapaenses não se situa entre os piores do Brasil (Figura 2.3). Em 2000, Oiapoque apresentou um IDH de 0,738 e Calçoene de 0,688.

Figura 2.3: Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Amapá em 2000.



Caracterização da População nos Municípios do Parque Nacional do Cabo Orange

Município de Calçoene

O Município de Calçoene tem uma área de 14.269km² e uma população de 8.656 habitantes (IBGE, 2007). Dados do censo de 2000 do IBGE demonstraram que aproximadamente 60% da população do Município encontravam-se na zona urbana e 40% na zona rural. A densidade demográfica era de 0,61 habitantes por km². O Município está localizado na parte centro-nordeste do Estado do Amapá; obedecendo a seguinte divisão política: Distrito de Calçoene (sede); Distrito de Cunani, Distrito de Lourenço e Distrito de Carnot. Foi criado em 22 de dezembro de 1956. Até essa data, passou por períodos distintos e de grande significado histórico. Primeiramente, compunha uma pequena feitoria de pescadores até que, em 1893, começou a exploração de ouro na mina do Lourenço. Em 1885, o romancista francês Jules Gross criou a República Independente do Cunany (com direito a selos, moedas e condecorações) que teve uma vida de apenas dois anos.

A economia do Município está baseada na cultura da mandioca, criação de gado bovino, bubalino e suíno, na pesca, no artesanato e na garimpagem.

Como atração turística, há a vila histórica de Cunani, a cachoeira grande (que fica mais perto da cidade do Amapá), balneário asa aberta e a praia do Goiabal, que é bastante visitada. Entre os eventos culturais, destaca-se a festividade em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição, que ocorre em dezembro.

Município de Oiapoque

O município de Oiapoque possui uma área de 22.625km² e uma população de 19.181 habitantes (IBGE, 2007). Cerca de 60% da população vive na área urbana e o restante na zona rural. A densidade demográfica é de 0,85 habitantes/km².

O Município originou-se da morada de um mestiço, de nome Emile Martinic, no início do século XX, o primeiro habitante não índio do município. Por isso, a localidade passou a chamar-se inicialmente de Martinica. Em 1907, o Governo Federal criou o primeiro Destacamento Militar da região que servia de abrigo para presos políticos. Alguns anos depois, esse destacamento foi transferido para Santo Antônio, atual Distrito de Clevelândia do Norte, com a denominação de Colônia Militar. Em 1945, o território Federal do Amapá foi dividido pela Lei Nº 7.578, de 23 de maio, passando a parte do Amapá ao norte do Rio Cassiporé a constituir o Município de Oiapoque.

Um de seus principais atrativos naturais é o passeio pelo rio Oiapoque com suas cachoeiras (destaque para a Grand Roche). Como atrativo de caráter religioso e cultural destacam-se a festa de Nossa Senhora das Graças, padroeira do município, que se realiza em 15 de agosto, a festa do Turé – reunião anual de todas as tribos indígenas. O artesanato local em argila (cerâmica marajoara), com destaque para o artesanato indígena, é muito valorizado pela sua beleza e singularidade.

Condições de Vida nas Comunidades de Entorno do Parque Nacional do Cabo Orange

Habitação

De modo geral, as condições de moradia das comunidades residente no entorno do PNCO são precárias. São poucas as comunidades que contam com os serviços básicos necessários como água, energia elétrica e sistema de esgoto. As moradias são construídas de forma rústica, com acabamentos precários, muitos com apenas um cômodo, onde se constrói o espaço de vida da família (dormitório, cozinha, área, de estar). Na maioria das comunidades as casas são feitas de madeira, com telhado de cavaco (lascas de casca de árvore), telha de barro, amianto ou zinco, piso de barro rústico ou tábuas. A única comunidade que preserva um estilo de moradia tradicional é a Ywawká (na Área Indígena Juminã). O sanitário localiza-se nos fundos da moradia, com sistema de fossa rudimentar (buraco). O local escolhido para a edificação da moradia apresenta-se subordinado a fatores como proximidade de rio ou igarapé; proximidade com recursos naturais, alimentação (roçados, pesca, coleta). Um fator complicador para as comunidades é que as áreas de roça estão se tornando distantes da comunidade, o que torna muito onerosa a produção de farinha e outros produtos de subsistência.

Convívio Social

As responsabilidades familiares nas comunidades indígenas e não indígenas apresentam contrastes. Nas comunidades indígenas o papel desempenhado pela mulher é mais representativo, assumindo posições de comando e decisão. As tarefas de cultivo, colheita e

produção principalmente de farinha são responsabilidades das mulheres. Cabe ao homem a atividade de caça, a pesca e a comercialização dos produtos.

Nas comunidades ribeirinhas a divisão das tarefas não é a mesma, cabendo à mulher um papel menos representativo de acompanhamento dos filhos e das tarefas domésticas. No período de férias escolares toda a família vai para as áreas de roça para o preparo e cultivo, ficando as comunidades com população reduzida.

Situação Educacional

No Município de Oiapoque são ofertados todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar até o nível superior. O ensino médio é realizado por meio do Sistema Modular de Ensino. O ensino superior é ofertado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), também por meio de módulos que ocorrem durante as férias escolares nos meses de julho, janeiro e fevereiro. São ofertados os cursos: Licenciaturas em Artes, Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Secretariado Executivo. Além desta, existem mais duas faculdades no Município, a FACINTER e a UNESCO com o curso de pedagogia. Em Calçoene são oferecidos o ensino pré-escolar, ensino fundamental e médio.

A evasão escolar é significativa, devido principalmente, aos alunos possuírem uma baixa condição de vida, desemprego e por problemas familiares. Na zona rural, o principal fator é o trabalho na roça.

A estrutura na educação indígena conta com 24 escolas Estaduais e duas Municipais em funcionamento, atendendo um total de 1799 alunos matriculados. No ensino fundamental (1ª à 8ª série) estão matriculados 1523 alunos e no ensino médio 276 alunos matriculados, com 149 professores, sendo que mais de 80% são índios.

O ensino segue o modelo de sistema modular, com professores do Estado que trabalham em módulos de 50 dias letivos. São quatro módulos por ano, fechando os 200 dias letivos exigido pela LDB. Observa-se que estes professores, não-índios, não recebem nenhum treinamento específico para trabalhar em terras indígenas o que provoca impactos negativos no ensino e nos costumes da comunidade.

Os Povos Indígenas do Oiapoque elaboraram o projeto Turé, que é a substituição do ensino médio tradicional pelo ensino voltado para a cultura indígena. Este projeto possui três vertentes, preparar para o Ensino Superior Indígena e para o Magistério Indígena, assim como criar áreas de ensino profissionalizante, sendo que a UNIFAP implantou o curso universitário para indígenas, na aldeia indígena do Manga.

Saúde

O Município de Oiapoque conta com nove estabelecimentos de saúde pública e 13 estabelecimentos de saúde privada (clínicas de atendimento). Já Calçoene conta com cinco estabelecimentos de saúde pública.

No Município do Oiapoque há ocorrência de doenças transmissíveis (malária, leishmaniose e hepatite B), parasitárias e do aparelho respiratório, bem como, a hipertensão arterial, a desnutrição protéica e calórica em menores de cinco anos. As doenças sexualmente transmissíveis (DST) são o maior problema de saúde pública no Município e nas áreas indígenas. Com menor intensidade apresentam-se as doenças crônicas referente à idade avançada, como diabetes, tuberculose e hanseníase. Nas áreas indígenas e rurais do município é atingida pelas principais endemias, como diarreias, malária, malária cerebral, leishmaniose, micoses, infecção intestinal, tuberculose, reumatismo, verminoses. O coeficiente de mortalidade

dos Municípios é considerado baixo com relação aos índices da região norte e do próprio Estado.

Saneamento Básico e Tratamento de Lixo

Por saneamento básico, entende-se o sistema de abastecimento de água e a rede de tratamento de esgoto estruturado. Em Oiapoque e Calçoene, esses sistemas de atendimento público são de responsabilidade da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA). A companhia atende aproximadamente 30% em Oiapoque e 50% em Calçoene da demanda local. O sistema atende basicamente a área central dos Municípios. A CAESA dispõe de apenas dois tanques em cada Município, com capacidade para 200.000 mil litros de água. A população recorre à perfuração de poço amazonas para suprir suas necessidades. A utilização de poço artesiano é de custo elevado e pouca viabilidade por questões geológicas.

No meio rural, somente a Aldeia do Manga recebe água tratada fornecida pela CAESA. A água é tratada com os componentes químicos, sulfato e cal. A Comunidade Vila Velha possui água tratada, mas só atende a 20% dos moradores; no Cunani utilizam água de poços amazonas para consumo doméstico e na Vila do Taperebá utilizam água de dois lagos relativamente próximos à comunidade e a água da chuva que é armazenada em reservatórios. As demais localidades consomem água dos rios, minas, nascente, normalmente sem tratamento adequado, utilizando hipoclorito para a potabilização da água em alguns casos.

Quanto ao esgoto, os Municípios não dispõem de serviço de coleta, tratamento e lançamento de esgoto. Utilizam-se fossas sépticas ou sistema de água servida (meio-fio), onde os efluentes gerados na área urbana são despejados nas canaletas de concreto utilizadas para drenar as águas pluviais. No Município de Oiapoque, as obras de saneamento e construção foram iniciadas em 2006, mas foram interrompidas devido a problemas no processo de licitação da empresa contratada.

As águas pluviais e os esgotos são todos lançados nos rios próximos ao local de captação sem qualquer tipo de tratamento, comprometendo ainda mais a qualidade dos rios da região. No meio rural não há sistemas de tratamento de efluentes do esgoto doméstico, sendo utilizadas fossas negras, sumidouros ou valas a céu aberto.

Em Oiapoque o serviço de coleta, transporte e disposição dos resíduos sólidos urbanos (lixo) é precário. Em alguns bairros a coleta é feita semanalmente, sendo recolhido diariamente na zona comercial. A prefeitura é responsável pelo serviço. Não há qualquer tipo de tratamento ou separação do lixo coletado, sendo depositado em um lixão que fica no bairro do Russo, na periferia da cidade. O chorume proveniente do lixão escoar em direção ao Rio Pantanarri que deságua no Rio Oiapoque.

Percepções das Comunidades sobre o Parque Nacional do Cabo Orange

O ICMBio vivencia uma situação complexa do ponto de vista da Consolidação Territorial e consequentemente da aplicação da legislação ambiental. Enquanto instituição responsável pela gestão das Unidades de Conservação Federais, cabe ao ICMBio fazer valer o disposto na Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o SNUC. Esta Lei define os Parques Nacionais como Unidade de Conservação de Proteção Integral. Por outro lado, as Comunidades que vivem no PNCO e seu entorno, utilizam seus recursos naturais.

A restrição à caça, pesca, captura de quelônios, retirada de madeira e a proibições de queimadas tem modificado as atividades dessas Comunidades, resultando em uma situação de conflito e um ambiente de animosidade frente ao ICMBio nos Municípios de Oiapoque e Calçoene.

A equipe do Parque, por meio de diálogo e conscientização, tem conseguido amenizar boa parte dos conflitos. Entretanto, dos levantamentos de campo da socioeconomia pode-se concluir que ainda não existe uma consciência da necessidade de conservação ambiental na área. Por exemplo, ainda ocorre a prática de captura de quelônios e seus ovos, e também a caça, captura de animais silvestre, pesca e outras atividades.

Este quadro demonstra que há necessidade de incrementar o repasse de informações ambientais de forma que elas possam entender as implicações legais sobre o uso da fauna e flora, o que significa os espaços protegidos e quais os benefícios que estes podem gerar para a região.

Alternativas de Desenvolvimento Econômico Sustentável

A região possui potencial para atividades sustentáveis, desde que através de iniciativas bem direcionadas, visando à manutenção meio ambiente assim como a geração de renda para a população local.

Atividade de Pesca

Hoje sendo uma das bases da economia do município de Oiapoque e de Calçoene, esta atividade está sufocada por não haver áreas, no mar, livres para a pesca, recursos pesqueiros existem, basta ver a grande quantidade de embarcações provenientes do estado do Pará (distante três dias e três noites de navegação), que exercem a pesca no litoral do Amapá, mais especificamente, no litoral dos municípios de Calçoene e de Oiapoque.

O pescador sabe pescar e comercializar o pescado; existe um mercado já estabelecido, falta apenas estrutura de beneficiamento e embarcações apropriadas para exercer a pesca, além dos limites da (por fora) da área marinha do PNCO.

Atualmente há uma grande demanda por apoio governamental na forma de financiamento para a aquisição de um número limitado de embarcações, que diante do acima exposto, o pescador conseguindo chegar até o mar, existe a certeza da disponibilidade de pescado e conseqüentemente da capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos.

E esta atividade contribuiria para o “Ordenamento Pesqueiro” na região, de forma a restringir ou desmotivar a vinda de embarcações de outros estados, sempre maiores e em maior número. Este ordenamento poderá ser focado na legislação atual que restringe o tamanho máximo para redes de emalhar, de superfície e de fundo, em 2.500 metros. Este comprimento de rede torna antieconômica a longa viagem necessária para se vir do Pará para o norte do Amapá.

Agricultura

A população do Estado é formada em grande parte por pessoas que vieram de outras regiões já devastadas, em busca de terra para viver e plantar. O problema é que praticam mesma sequencia de atividades: **retirada de madeira** → **roça** → **pasto**, já tão conhecida no resto do Brasil e de resultados arrasadores, em nível de biodiversidade.

O PNCO e o IEF, já promoveram alguns cursos sobre o manejo do Açaí nativo em comunidades do entorno do Parque. É preciso, porem, trazer para os agricultores capacitações para manejo do cacau, da castanha de caju e ainda outros para se tentar substituir a agricultura para “agrofloresta”, incorporando ao sistema produtivo atividades como apicultura ou meliponicultura, sendo esta última mais apropriada para a região. Estas iniciativas poderão garantir renda sem a necessidade de destruição da floresta.

Ecoturismo

O Oiapoque possui dois Parques Nacionais e três Terras Indígenas. Calçoene possui um Parque Nacional, sítios arqueológicos e históricos. Ambos os municípios são cortados por vários rios que, podem ser aproveitados para roteiros de Ecoturismo. A região é propícia para observação de pássaros, turismo comunitário, turismo histórico, turismo científico, turismo rural, trackings livres, enfim as chamadas para atividades turísticas na região podem ser direcionadas para vários tipos de turistas, tanto nacional como estrangeiros, aproveitando a proximidade com a Guiana Francesa.

Silvicultura

A movelaria, na cidade de Oiapoque, é uma atividade que atrai muitos franceses a esta cidade. Hoje, devido à utilização de praticamente 100% de madeira ilegal, a atividade está enfrentando pressão dos órgãos de fiscalização, para adequação da atividade às normas legais. Neste ponto, a floresta de Produção do Amapá, pode vir a ser a grande solução para o problema, oferecendo madeira de qualidade para a produção de móveis que tem ótima aceitação no país vizinho.

Atividades Econômicas com Potencial para serem Desenvolvidas na Região do Parque Nacional do Cabo Orange

Todas as atividades acima citadas são viáveis de serem implantadas na região do PNCO. São todas, atividades que sendo controladas e fiscalizadas, podem se manter em níveis sustentáveis, gerando renda para as populações locais, com um baixo impacto sobre os recursos naturais. Para tal é preciso manter o controle sobre estas atividades de forma a não ultrapassar a capacidade de suporte ambiental.

Alternativas para as Atividades Impactantes sobre o Parque Nacional do Cabo Orange

A atividade mais impactantes sobre os recursos do Parque são a pesca e a bubalinocultura.

Para a pesca, no item 2.7, foi analisada a possibilidade de “ordenamento Pesqueiro”, aliado ao financiamento de embarcações capazes de exercer a atividade de pesca fora dos limites do Parque.

Quanto à bubalinocultura do interior do Parque, é uma atividade complementar que pelas características deste animal, é sempre impactante sobre as áreas onde é praticada. Por ser um animal bastante robusto e rústico, além de ser bem adaptado a áreas alagadas, a sua criação é sempre danosa ao ambiente, causando danos à qualidade da água, ao balanço hídrico dos lagos e corpos d’água e ainda danos ao solo. Para esta atividade a alternativa é oferecer opções de atividades de menor impacto e com retorno financeiro semelhante, após consulta aos criadores, pois a escolha da atividade depende da disposição ou mesmo “simpatia” das populações para com uma nova atividade. Uma opção é montar unidades de produção próximas às comunidades, onde seja possível fechar o ciclo, preparo → produção → beneficiamento → comercialização, para tentar motivar ou encorajar os futuros empreendedores a abraçar uma nova atividade.

Legislação Federal, Estadual e Municipal Pertinente

A seguir, relacionamos as leis dos três âmbitos governamentais aplicáveis à região da UC e que desdobramentos para o PNCO:

- Constituição Federal.
- Decreto Nº 6514.
- Lei do SNUC.
- Código Ambiental do Estado do Amapá.
- Floresta de Produção do Amapá.
- Código Ambiental do Município de Oiapoque.
- Portaria IBAMA Nº 121.

Potencial de Apoio ao Parque Nacional do Cabo Orange

Infraestrutura Regional

A Cidade de Oiapoque está distante cerca de 590km (40% 66% pavimentada) por via terrestre de Macapá, com acesso hidroviário, rodoviário e aéreo. O Município conta com aeroporto para pouso e decolagem de aeronaves e terminal de embarque e desembarque de passageiros e cargas. A Cidade de Calçoene está distante 272km por via terrestre, partindo de Macapá, com acesso hidroviário e rodoviário, com maior ênfase para o último, não possuindo aeroporto legalizado no município, apenas uma pista com asfalto precário, junto à sede do Município.

O transporte rodoviário destaca-se como principal meio de locomoção, extremamente importante nos Municípios de Oiapoque e Calçoene e em toda a região norte do Estado e se dá por meio da Rodovia BR-156. A região conta com três empresas de transporte coletivo intermunicipal, com saída diariamente da Capital até as sedes dos Municípios.

Em Oiapoque o transporte urbano coletivo municipal é precário, sendo que a população utiliza com maior frequência a frota de táxis e moto-táxi. Na Cidade de Calçoene ocorre apenas o serviço terceirizado de veículo do tipo 4x4, que realizam viagens fretadas para os Distritos de Cunani, Lourenço e Carnot. Estes transportes são oferecidos em condições precárias de qualidade e segurança.

Na área rural, no entorno do PNCO, a população utiliza embarcações diversas, como “cascos” movido a remo, canoas, ubás (canoas grandes) catraias, barcos a motor, (“voadeiras”, “rabetas”). A partir de Oiapoque, o transporte de passageiros, até as comunidades do entorno são realizadas por meio de barcos a motor ou catraias (pequenos barcos de alumínio), não havendo disponibilidade de transporte público.

Quanto ao sistema público de comunicação, os serviços de telefonia fixa são operados pela empresa “TELEMAR” que presta serviço na telefonia local, sendo a telefonia celular, de responsabilidade da “Oi” e da “Claro”. As localidades de Vila Velha e Cunani dispõem de um telefone público que funciona a bateria solar. Também, nas sedes dos municípios, existe uma Agência de Correios e Telégrafos. Além disso, o sistema de rádio amador é utilizado para a comunicação com outras localidades e com o território da Guaina Francesa (garimpos). Com relação à rádio difusão há uma rádio FM em cada município e duas repetidoras afiliadas a Rede Globo e Bandeirantes. Destaca-se que em toda a região é comum o uso da antena parabólica, inclusive nas comunidades indígenas.

Alternativas de Desenvolvimento Econômico

Programa de Manejo dos Territórios Indígenas

Por meio de parceria com a organização não-governamental *The Nature Conservancy* (TNC) foram elaborados planos de manejo para os territórios indígenas.

Os territórios foram zoneados para possibilitar o melhor planejamento das atividades tradicionais e, por meio de pesquisa e elaboração de projetos, para aproveitar melhor os recursos naturais do seu território.

Os projetos elaborados e desenvolvidos no território indígena não tiveram, em sua maioria, continuidade devida principalmente à dificuldade de gestão administrativa e operacional. Esta dificuldade também foi observada fora da área indígena.

Dos projetos já executados e que tiveram maior aceitação se destacam o projeto de aproveitamento de óleo e essências (andiroba) e o estudo para aproveitamento do couro de jacaré-açú.

Programa de Desenvolvimento do Entorno do Parque Nacional do Cabo Orange

Em 2002 foram concluídos os estudos provenientes do projeto submetido ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) que possibilitaram uma melhor compreensão da dinâmica socioeconômica do entorno do PNCO.

Nestes estudos, o ICMBio em conjunto com o IEPA levantou as melhores possibilidades econômicas para as Comunidades residentes no entorno do Parque. O produto com maior destaque e viabilidade econômica no entorno da Unidade é o fruto do açaí, que desempenha um papel importante na renda familiar. No ano de 2010, o PNCO, juntamente com o IEF/AP, viabilizou um curso de Manejo de Açaí, nas comunidades do entorno do Parque, como Taparaboo, Projeto de Assentamento do Igarapé Grande e Projeto de Assentamento do Carnot. Porém, até o presente momento não foi identificado nenhum projeto com proposta de práticas de desenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, M. A. R., 2007. Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC. 272p.
- Campos, V. F., 2002. Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia-a-dia. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial. 266p.
- Campos, V. F. 2004. Gerenciamento pelas diretrizes. Nova Lima/MG. INDG Tecnologia e Serviços Ltda. 337p.
- Carvalho, A. D., Miranda, A. G. 2007. Levantamento Fundiário: Parque Nacional de Cabo Orange. Relatório técnico de consultoria. 181p.
- Chiavenato, I., Sapiro, A. 2004. Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 452p.
- CI-Brasil;, 2007. Corredor de Biodiversidade do Amapá. Governo do Estado do Amapá, Fundação Lee & Gund. Belém. 53p.
- Costa-Neto, S. V., 2007. Diagnóstico técnico voltado à elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Cabo Orange: Área de Atuação Botânica. Relatório Técnico. IEPA, IESA e WWF. 46p.
- Drummond, J. A., Pereira, M. A. P., 2007. O Amapá nos Tempos do Manganês: Um Estudo sobre o Desenvolvimento de um Estado Amazônico 1943-2000. Rio de Janeiro: Ed. Garamund. 500p.
- Fagundes, A. V., Silva, U. R. L., Caldas, U. M., 2007. Levantamento Participativo de informações Socioambientais das comunidades localizadas no Entorno e no Parque Nacional do Cabo Orange para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo. Relatório Técnico parcial. IEPA, IESA e WWF. 95p.
- Filho, E. P. N., 2007. Projeto de Levantamento, Prospecção e Salvamento Arqueológico da Área do Parque Nacional do Cabo Orange. Apresentação no Encontro Temático - Arqueologia no Norte do Amapá: Novas Problemáticas, Metodologias e Perspectivas. Macapá.
- Galante, M. L. V.; Beserra, M. M. L. & Menezes, E. O. 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento - Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília: Edições IBAMA. 136p.
- IBGE, 2007. População dos municípios do Amapá. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2007.
- IBGE, 2004. Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra: Uso da Terra no Estado do Amapá. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatório Técnico. 143p.
- IBDF & FBCN, 1979. Plano do Sistema de unidades de Conservação do Brasil: I etapa. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Brasília.
- IEPA, 2006. Macrodiagnóstico do Estado do Amapá: primeira aproximação do ZEE. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. Macapá. 140p.
- Kaplan, R. S. & Norton, A. P. 2000. Organização orientada para a estratégia. Rio de Janeiro: Elsevier. 9ª edição. 410p.
- Melo, C. C. S., 2005. Diagnóstico técnico voltado à elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Cabo Orange: Área de Atuação - Mamíferos não voadores. Relatório Técnico parcial. IEPA, IESA e WWF. 17p.

- MMA, 2008. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2008.
- Nyberg, B., 1999. *An introductory guide to adaptive management for Project Leaders and Participants*. Vitória: Canadá. 24p.
- Prado, D., 2004. Planejamento e controle de projetos. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, vol.2, 6ª edição. 284p.
- Ramalho, Y. M. M., Neto, P. B., 2001. Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. In: MMA. Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. Pg. 351-367.
- Santos, E. M., Ribeiro, M. F. 2005. Diagnóstico preliminar da entomofauna, com ênfase nos insetos aquáticos do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá. Relatório técnico. Universidade Federal do Pará e Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Sarney J., Costa, P., 1999. Amapá: a terra onde o Brasil começa. Brasília: Senado Federal.
- Sayre, R., Roca, E.; Sedaghatkish, G. *et alii*. 2000. Natureza em foco: Avaliação Ecológica Rápida. Washington: Island Press/ The Nature Conservancy. 201p.
- Silva. M. S., Martins, M. H. A., Silva, L. M. S., 2005. Diagnóstico técnico voltado à elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Cabo Orange: Área de Geologia, Geomorfologia e solos. Relatório Técnico parcial. IEPA, IESA e WWF. 46p.